

Intervenção, conflitos étnicos e fronteiras porosas: um panorama das relações Quênia-Somália no pós-2011

Intervention, Ethnic Conflicts and Porous Borders: a Post-2011 Panorama of Kenya-Somalia Relations

DOI: [10.5752/P.2317-773X.2016v4.n3.p99](https://doi.org/10.5752/P.2317-773X.2016v4.n3.p99)

Recebido em: 11 de outubro de 2016

Aprovado em: 24 de março de 2017

Henrique Brenner Gasperin¹

Bruno Lima Rocha Beaklini²

RESUMO

O presente artigo objetiva realizar uma análise acerca dos desdobramentos regionais da incursão militar queniana na Somália iniciada em 2011. Objetiva-se realizar um estudo sobre os condicionantes regionais e globais que influenciaram a ação, bem como uma abordagem crítica dos seus resultados. Para isso, serão levados em conta dados que elucidem alguns reflexos diretos da intervenção, em especial o crescimento da atuação do grupo extremista Al-Shabaab não somente na Somália, mas também no próprio Quênia. Ao final, constata-se a intensificação de um conflito religioso e sectário na região do Chifre da África que pode comprometer a estabilidade e a segurança locais. Ademais, será evidenciada a ideia de que a doutrina estadunidense da Guerra ao Terror e o apoio de Washington a Nairóbi servira como incentivo à intervenção, mostrando-se útil a um interesse geopolítico histórico do Estado queniano e, dessa forma, peça chave no entendimento da insegurança construída.

Palavras-chave: Quênia; Operação Linda Nchi; Somália; Al-Shabaab; Chifre da África

ABSTRACT

The present article intends to make an analysis regarding the unfolding of the Kenyan military incursion in Somalia deployed in 2011. It aims to study the regional and global conditions that influenced its deployment, as well as make a critical approach of its results. For this purpose, information that clarifies some of the direct outcomes of the intervention will be taken into account, especially the rising action of the extremist group Al-Shabaab not only in Somalia, but also in Kenya. By the end, the escalation of a religious and sectarian conflict in the Horn of Africa that may compromise the local stability and security is noted. Furthermore, the paper points out the idea that United States of America's War on Terror and Washington support to Nairobi suited as an incentive to the intervention, presenting itself useful to a historical geopolitical claim of Kenya and thus emerging as a key point for the understanding of the emerging regional insecurity.

Keywords: Kenya; Operation Linda Nchi; Somalia; Al-Shabaab; Horn of Africa

1. Internacionalista graduado pela ESPM-Sul e graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail para contato: henriquebgasperin@gmail.com. Orcid: orcid.org/0000-0001-9559-2499

2. Jornalista graduado pela UFRJ, mestre e doutor em ciência política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor de Relações Internacionais na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). E-mail para contato: blimarocha@gmail.com. Orcid: orcid.org/0000-0001-9372-112X

Introdução

Em outubro de 2011, o então presidente queniano Mwai Kibaki anunciara que o país iria promover uma incursão militar dentro dos limites territoriais da Somália para conter os avanços do grupo islâmico extremista Al-Shabaab. Dois anos depois, o Quênia sofreria um dos atentados terroristas mais marcantes de sua história recente – iniciando uma onda de ataques que o colocaria no alto da lista dos países mais propensos a incidentes do gênero. Diante desse cenário, a questão central que baliza o presente artigo é: quais os motivos e os reflexos da intervenção militar do Quênia na Somália? Muito pouco fora discutido sobre o tema nas mídias e revistas acadêmicas brasileiras. Assim sendo, o trabalho busca fazer uma pesquisa qualitativa do tipo exploratória, baseada em documentos e na bibliografia disponível.

Para que se possa ter uma melhor visão do contexto sobre o qual o presente trabalho será apresentado, é necessária uma introdução que verse sobre a estrutura dos atores que serão nele analisados. É nessa linha que se faz fundamental uma breve recapitulação das dinâmicas que permearam a posição do continente africano nas disputas políticas do século XIX. Ficou popularmente conhecida como “partilha da África” a ação imperialista europeia no continente, a qual teve na conferência de Berlim de 1884 um dos seus episódios mais emblemáticos. O estabelecimento de fronteiras artificiais que não respeitavam as dinâmicas sociopolíticas já presentes na África consolidara uma estrutura que até os dias atuais é causa de conflitos e disputas que minam o desenvolvimento e comprometem a história da região (HUGON, 2009). Ademais, a subordinação do continente ao modelo de governança do Estado-nação ocidental também pode ser apontada como um fator que modificara as regras do campo social e político, disciplinando as subjetividades localizadas por meio do monopólio da violência do Estado weberiano (GUIJARRO, 2009).

A partir do que fora dito, o entendimento do presente trabalho se dará a partir da concepção do cientista político etíope Berouk Mesfin (2010) de que o Chifre da África³ deve ser entendido como um complexo de segurança regional com características próprias. A partir da apropriação dos mecanismos teóricos concebidos por Barry Buzan (1991), entende-se que a região – muito em função de sua proximidade geográfica e de seus desdobramentos históricos conjuntos no período colonial – é caracterizada pela interdependência securitária entre os atores que lá operam. É à luz do entendimento que conflitos localizados são caros a diversos Estados e a outros agentes do chifre – podendo facilmente ultrapassar as fronteiras artificiais demarcadas no período colonial – que a presente pesquisa será entendida.

Grande parte do artigo de Mesfin (2010) apresenta dados sobre a famigerada realidade da região mais pobre da África, especialmente no que tange ao acesso à segurança alimentar, à saúde e à educação básica⁴. Além disso, são reforçados os diversos episódios conflituosos que marcaram a relação entre os Estados da região durante o século XX, os quais por diversas vezes contaram com participação externa. Diante desse cenário de extrema escassez, emerge a “lógica de subversão”, a qual é cunhada

3. O Chifre da África, para as finalidades desse trabalho, seguindo a concepção trazida por Berouk Mesfin (2010), compreende os territórios do Djibuti, da Eritreia, da Etiópia, do Sudão, da Somália e do Quênia.

4. Em 2008, estimou-se que 17 milhões de pessoas no Chifre da África se mostravam necessitadas de assistência emergencial. Além disso, no mesmo ano, o número de deslocados internos da região ultrapassava os 2,7 milhões (MESFIN, 2010)

como dinâmica característica do Chifre da África e dos seus conflitos inter-relacionados.

(...) a natureza do poder centrado no estado é uma fonte chave de conflito: vitórias políticas assumem o caráter *winner-takes-all* em relação à riqueza e aos recursos bem como ao prestígio e prerrogativas de ofício. Independentemente da forma oficial de governo, os regimes do Chifre da África são, na maioria dos casos, autocracias essencialmente centradas em lealdades étnicas. (...) Os Estados do Chifre da África tiram vantagem de qualquer tensão ou conflito para apoiar movimentos rebeldes em Estados vizinhos. Apoiar ações subversivas simplesmente se tornou uma ferramenta comum visando a desestabilizar e a comprometer a segurança de outro Estado, no que alguns observadores chamaram como princípio do “inimigo do meu inimigo é meu amigo” (MESFIN, 2010, p. 17, tradução nossa⁵, grifo nosso).

O país mais oriental do Chifre da África – a Somália – é comumente classificado como um Estado falido⁶, visto que não dispõe de uma estrutura de governo que controle *de facto* a totalidade do seu território desde 1991. Esse fenômeno, somado ao fato de que mais de 95% da população local tem orientação religiosa islâmica, logo fizera com que a Somália passasse a ser encarada pelos EUA como um potencial santuário para o desenvolvimento de organizações terroristas (DIN, 2011). Assim sendo, baseados na doutrina da Guerra ao Terror, os EUA vêm procurando fortalecer a capacidade militar de Estados-clientes locais para conter a ameaça somali, a qual pode ser materializada atualmente no grupo integrista Al-Shabaab⁷, cuja sede é na Somália. A busca pela contenção desses fenômenos – amplamente focada na interpretação de que grupos armados não-estatais representariam uma ameaça à segurança global – passara a balizar a recente estratégia militar dos EUA para o continente africano, a qual teve na criação do Comando Combatente dos Estados Unidos para a África (AFRICOM), inaugurado em 2007 e operando basicamente a partir de forças especiais, o seu principal marco (BERCHINSKI, 2007). Essa dimensão estratégica traduz-se na aplicação de diversos projetos de cooperação militar, bem como a construção de bases estadunidenses no continente. Ela faz parte do que se concebe como Guerra Global contra o Terror (GWOT na sigla em inglês), doutrina ordenadora de grande parte da agenda estratégico-política dos Estados Unidos no pós-11/9.

A Guerra ao Terror pode ser entendida, em um sentido mais amplo, como uma construção discursivo-instrumental que tem como um de seus objetivos o estabelecimento de uma Agenda Absolutista de Segurança. Segundo essa lógica, iniciada no governo de George W. Bush, caberia aos EUA o fardo de securitizar as potenciais ameaças à segurança global. A doutrina concedera aos Estados Unidos o poder legítimo de compor arbitrariamente um grupo de organizações que seriam “promotoras do terror” – o que passaria a justificar intervenções externas e ações preventivas sob o pretexto da contenção de uma ameaça a nível universal. Um dos princípios ordenadores da aplicação prática da doutrina é a hiper-militarização global – a qual está diretamente relacionada ao contexto analisado no presente trabalho e à criação do AFRICOM acima referida (ASTRADA, 2010).

Para conter os avanços insurgentes do Al-Shabaab, o Conselho de Segurança da ONU (CSNU), em 2007, aprovou uma operação de *Peace*

5. Do original: “the nature of state power is a key source of conflict: political victory assumes a winner-takes-all form with respect to wealth and resources as well as the prestige and prerogatives of office. Irrespective of the official form of government, regimes in the Horn of Africa are, in most cases, autocracies essentially relying on ethnic loyalties. (...) The states of the Horn of Africa took advantage of every local tension or conflict to support rebel movements in neighbouring states. Sponsoring subversive activities had simply become a customary tool poised to destabilise and endanger the security of another state, in what some observers called the principle of ‘my enemy’s enemy is my friend’”.

6. Ainda que esse conceito carregue um alto grau de imprecisão, ele compreende, aqui, Estados que se encontram permanentemente em conflitos por poder político, com baixíssima segurança jurídica e com um aparato público de pouca legitimidade. Os Estados falidos carecem de unidade e têm sua política dividida em facções, o que lhes garante altos índices de violência (ROTBERG et al, 2003). O fato de outros Estados também apresentarem esses mesmos problemas e, mesmo assim, não serem categorizados como falidos é digno de uma maior problematização.

7. Vale ressaltar que o Al-Shabaab tem orientação *wahhabita* e foi originado do braço armado do que era conhecido como União das Cortes Islâmicas – projeto político encabeçado por diversas facções somalis que buscavam reafirmar a estabilidade no país a partir de um projeto islâmico moderado. Esse programa, no entanto, fora interrompido por uma ação militar da Etiópia fortemente financiada pelos EUA em 2006, a qual possibilitou o crescimento do grupo extremista – com anseios bem mais radicais do que os das cortes islâmicas (WISE, 2011).

8. A União Africana é uma organização multilateral entre os países do continente. Fundada em 2002, ela visa a impulsionar a integração entre as nações da África por meio de incentivos à cooperação econômica e da criação de comitês supranacionais que versem acerca de assuntos caros às relações internacionais do continente. O artigo 4º do Ato Constitutivo da União garante a condução de ações militares encabeçadas pela organização, o que concede maior força à instituição internacional (AFRICAN UNION, 2016).

9. Há divergências quanto a este número. Kenneth Menkhaus (2015) afirma que a possibilidade de imprecisão para baixo - relacionada às limitações da pesquisa e ao fato de grande parte da comunidade muçulmana se concentrar em áreas com menor presença dos aparatos de ação do Estado é grande.

Keeping na Somália (AMISOM) e, posteriormente, entregou sua administração à União Africana⁸. A operação tem como projeto trabalhar em conjunto com as forças nacionais da Somália visando à ampliação da segurança e à estabilidade no país, ao passo que logrou o caráter de *Peace Enforcement* em julho de 2010 – concedendo-a a possibilidade da utilização dos meios necessários para atingir seus objetivos de paz. Ademais, a AMISOM se propõe a lutar contra o Al-Shabaab e outros grupos militares que impeçam o desenvolvimento das instituições do governo central somali (AMISOM, 2016). Segundo Victoria Din (2011), as forças da missão da ONU foram encaradas pelos militantes do Al-Shabaab como invasores e, até hoje, ambas se confrontam constantemente – contribuindo para que o país ainda permaneça numa situação de instabilidade semelhante à ocorrida após a queda do governo Siad Barré, em 1991.

Outro ponto que deve ser enfatizado é o da existência de somalis étnicos para além das fronteiras do Estado-nação de mesmo nome, abrangendo porções territoriais do nordeste do Quênia e do leste da Etiópia. Nas décadas de 60 e 70, o projeto expansionista de formação de uma “grande Somália” balizou a agenda da política externa de Mogadíscio, que buscou lograr ganhos territoriais mobilizando, por meio de discursos nacionalistas, a população somali dos outros países acima citados. Tal circunstância originou duas grandes guerras: a de Shifta (1963-68), entre o Quênia e a Somália, e a de Ogaden (1977-78), entre a Somália e a Etiópia. A partir desses eventos históricos, os outros países do Chifre passaram a encarar a presença de um Estado somali forte como uma ameaça às suas integridades territoriais (MØLLER, 2014). É necessário, também, pontuar que a grande maioria da população somali tem orientação religiosa islâmica, diferentemente da maioria cristã do Quênia. Atualmente, o Quênia conta com uma população islâmica relativa de 11,1% – a qual tem reclamações históricas sobre a sua periferação político-econômica no país⁹ (CIA WORLD FACTBOOK, 2016).

O presente artigo está organizado em três subdivisões. A primeira delas, a seguir, trata dos desdobramentos e pontos relevantes sobre a incursão militar queniana. Posteriormente, abordar-se-á a ação do Al-Shabaab, grupo que representa a maior ameaça securitária da região e que fora responsável pela realização de diversos atentados terroristas nos últimos anos. Na terceira subdivisão, serão avaliadas as reações do Estado queniano e algumas implicações diretas oriundas da ação mais ativa do grupo integrista. Por fim, será feito um breve apanhado do que fora apresentado para que se possa responder a questão central de forma concisa.

A operação *Linda Nchi*: desenvolvimento e justificativas.....

No dia 16 de outubro de 2011, anunciou-se que as forças armadas do Quênia (KDF – *Kenya Defense Forces*) ingressariam numa incursão externa para liberar a Somália dos terroristas do Al-Shabaab. O discurso oficial foi focado no combate ao terrorismo e na vontade política de Nairóbi em auxiliar o mandato do Governo Federal de Transição (GFT), união política interina internacionalmente reconhecida à frente

do comando do aparato estatal da Somália¹⁰. Adentraram em território somali cerca de 3.000 soldados quenianos, cujo objetivo final era o de expulsar o Al-Shabaab da porção sul do seu vizinho setentrional. Os Estados Unidos estavam cientes das preocupações externadas por Nairóbi sobre a presença do radicalismo islâmico na Somália. O governo queniano já havia, inclusive, pedido auxílio militar e logístico estadunidense no ano anterior ao da incursão alegando ameaças terroristas à nação (WIKILEAKS, 2010).

A incursão externa tinha como primeiro grande objetivo o controle sobre a estratégica cidade portuária de Kismayo, a qual é localizada num entreposto caro às rotas de navegação no Oceano Índico e que estava, no momento, sob domínio do Al-Shabaab. Para lograr êxito na missão, foi necessária a construção de alianças com milícias regionais¹¹ cuja relação com o governo central da Somália não era estável e, inclusive, causara receio às elites governantes do GFT. Havia interesses concomitantes no que tangia à expulsão do grupo integrista da cidade, a qual era chave para o seu financiamento por meio do contrabando de carvão e de açúcar pelo porto local. Houve, ademais, preocupações iniciais do governo etíope em função de que a ação queniana poderia empoderar grupos locais secessionistas na região de Ogaden¹². Os dois governos, no entanto, chegaram logo num acordo que passou a coordenar futuras ações militares conjuntas entre as suas respectivas forças armadas (ANDERSON; MCKNIGHT, 2014).

Ainda que a atuação dos militares quenianos não tivesse suscitado maiores críticas públicas e nem grandes tormentos aos países da região e aos interesses dos EUA, ela ainda estava suscetível a questionamentos legais relacionados à sua legitimidade jurídica. O princípio alegado da autodefesa, baseado no artigo 51 da Carta das Nações Unidas, estava fundamentado numa doutrina de forte disputa e, portanto, inibia declarações de suporte mais assertivas de países como os EUA (WAMBUI, 2013). Não tardou, portanto, para que a KDF passasse a integrar a AMISOM, ao lado de outras tropas africanas e do exército nacional somali, sob o mando da União Africana e com apoio declarado tanto dos EUA¹³ quanto da União Europeia¹⁴. Assim sendo, as forças quenianas foram formalmente integradas à Missão da União Africana na Somália (AMISOM) em maio de 2012, passando a ser formalmente incorporadas na agenda multilateral de contenção do Al-Shabaab e de suporte ao frágil governo central da Somália (ANDERSON; MCKNIGHT, 2014).

Somente após a integração da KDF à missão da União Africana que a obtenção da vitória sobre o Al-Shabaab na cidade de Kismayo foi possível. O feito fora amplamente divulgado como um marco na contenção do grupo islâmico radical, que haveria perdido o controle sobre um entreposto vital à sua saúde financeira. No entanto, como aponta Bjørn Møller (2014), o grupo foi capaz de se reorganizar e ocupar áreas que possibilitavam a cobrança de taxas pela utilização de rodovias dos distribuidores que lá operavam. Ativistas da entidade *Journalists for Justice* apontam, inclusive, para a existência de ações em conluio entre setores da KDF e do Al-Shabaab na taxaço do transporte de açúcar e carvão a partir de Kismayo até o Quênia¹⁵ (JOURNALISTS FOR JUSTICE, 2015). Esse fenômeno serve como exemplo para representar empiricamente a estru-

10. O GFT fora originado em 2004 numa reunião no Quênia com forte apoio dos EUA. Alguns dos participantes eram *warlords* financiados por Washington para cumprirem, de maneira terceirizada, mandos da Guerra ao Terror estadunidense. (SCAHILL, 2013). A sua perda de apoio interno – muito relacionada à crescente popularidade da UCI – motivou o apoio direto estadunidense à ação das forças armadas etíopes no final de 2006 para garantir o seu mandato.

11. A saber: Azania e Ras Kamboni. Inicialmente, preocupações foram manifestadas por parte do governo de Mogadíscio em relação à intervenção queniana, que poderia fomentar o projeto de uma Jubalândia – nome concedido à região austral da Somália – independente, similar aos casos da Puntlândia e, de maneira mais expressiva, da Somalilândia. Logo após, as elites governantes integraram de maneira mais cooperativa a atividade militar conjunta (ANDERSON; MCKNIGHT, 2014).

12. Região oriental da Etiópia onde atuam forças separatistas como a ONLF. O local fora palco da Guerra de Ogaden, a maior batalha internacional do Chifre da África no século XX.

13. Desde sua criação até 2010, os EUA já teriam dispendido um auxílio de 650 milhões de dólares para a realização da AMISOM (TURSE, 2015).

14. A União Europeia ficou encarregada do pagamento mensal dos soldados da KDF, que passaram a receber uma quantia de US\$ 1.028 por mês (ANDERSON; MCKNIGHT, 2014).

15. Segundo a publicação da *Journalists for Justice* (2015), as receitas das taxas aplicadas em cima do transporte clandestino de açúcar pelo Al-Shabaab totalizavam uma cifra anual de cerca de US\$ 12,2 milhões. Segundo o mesmo trabalho, a taxaço em cima da exportação de carvão era dividida entre células da KDF, das elites governantes da divisão administrativa da Jubalândia e o Al-Shabaab, rendendo receitas de até US\$ 24 milhões por ano.

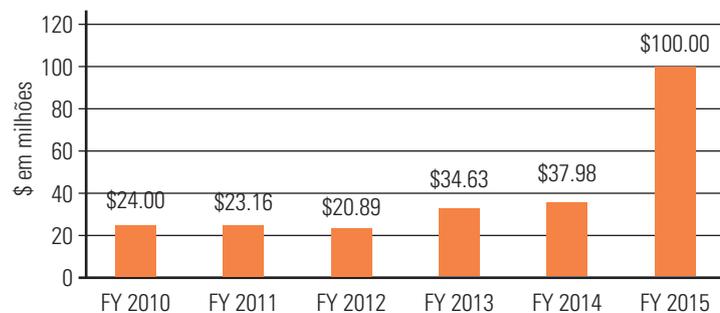
16. Segundo o pesquisador, a baixa capacidade de comando e de coesão das instituições quenianas, somada ao cenário de “anarquia” existente no sul da Somália, gerou um espaço propício para associações extraoficiais que perpetuam e põem em xeque os objetivos da AMISOM. Nos termos de Menkhaus (2015), acaba-se mantendo uma estrutura baseada na “economia política da violência”, cuja principal mercadoria é a garantia de segurança num cenário caótico.

17. Segundo Lauren Ploch (2013), os auxílios externos totais dos EUA para o Quênia beiram a cifra de um bilhão de dólares por ano.

tura de “ultra-pragmatismo”, defendida por Kenneth Menkhaus (2015), existente na sociologia política da Somália¹⁶.

Ainda assim, o Quênia vem logrando sucesso em ser um dos principais receptores de auxílio externo dos EUA. Os incentivos financeiros são, em sua maioria, divididos nas áreas militar, estratégica e humanitária. Diversas iniciativas calcadas nos projetos antiterroristas formam, treinam e fornecem estrutura às forças armadas do Quênia – estando este entre os cinco principais receptores do Programa de Assistência Antiterrorismo (ATA) (PLOCH, 2013). A figura 1 ilustra como o auxílio militar estadunidense para o governo queniano vem crescendo vertiginosamente nos últimos anos¹⁷. Os discursos proferidos pela inédita visita do presidente Barack Obama ao Quênia em 2015 não deixam dúvida de que os EUA encaram e legitimam a relação como um elo importante na “luta contra o terrorismo global” (EILPERIN; SIEFF, 2015).

Figura 1- Auxílio antiterrorismo dos EUA para o Quênia



Fonte: SECURITY ASSISTANCE MONITOR (2015)

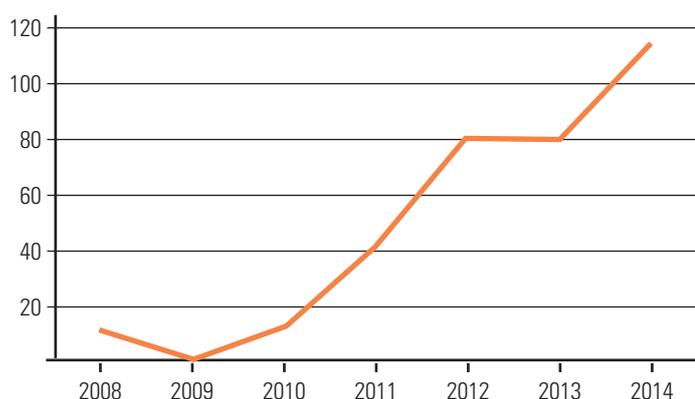
No ano de 2015, o AMISOM ainda operava suas atividades dentro da Somália, tendo logrado êxito em tomar o controle da maioria da região costeira do país – empurrando o Al-Shabaab para o interior e, assim, reduzindo sua possibilidade de angariar fundos. A missão contava então com mais de 22.000 soldados em solo somali, sendo composta por tropas do Quênia, Burundi, Uganda, Serra Leoa, Etiópia e Djibuti. Os quenianos contabilizavam cerca de 4.440 (AMISOM, 2016). No entanto, como será aprofundado posteriormente, o grupo integrista islâmico vem mostrando capacidades de se reinventar, ainda representando, portanto, uma ameaça à segurança da Somália e da região do Chifre da África (MENKHAUS, 2015).

Um ponto importante a ser citado, ao qual se dará maior ênfase nas páginas subsequentes, é o do crescente número de refugiados somalis em solo queniano. Grande parte destes, fugida dos conflitos em curso na Somália. Segundo relatório do ACNUR, havia 419.142 refugiados somalis registrados no Quênia. A grande maioria destes reside em um campo de refugiados criado pela ONU na cidade de Dadaab – o maior do mundo, com cerca de 340 mil pessoas oficialmente registradas (UNHCR, 2015). O governo queniano já declarou que a crescente presença de refugiados representa uma ameaça aos interesses e à segurança da nação – ameaçando fechar o campo até que a região da Somália seja estabilizada (MUTIGA; GRAHAM-HARRISON, 2016).

A retaliação do Al-Shabaab: estratégia e ação

Após a entrada do exército queniano na Somália, aliando-se à luta do AMISOM contra o Al-Shabaab, o grupo islâmico integrista passou a destinar boa parte dos seus esforços num projeto de retaliação. A presente subseção discorrerá acerca dos principais atentados provocados pela facção islâmica dentro do território queniano, o qual passou a ser um dos principais palcos das ações desta. A figura 2 ilustra graficamente o vertiginoso crescimento da atuação do Al-Shabaab no Quênia a partir de 2011. Segundo reportagem de Dorothy Otieno (2015) ao jornal Daily Nation, o número de atentados terroristas no país foi nove vezes maior nos 45 meses que sucederam a intervenção militar do que no mesmo período que a antecederam. Ademais, o Quênia foi classificado como o 12º país mais atingido pelo terrorismo no ano de 2014, posição nunca antes ocupada pelo país (INSTITUTE FOR ECONOMICS & PEACE, 2014). É necessário ressaltar que o Al-Shabaab mantém, desde 2008, relações próximas com a organização extremista transnacional Al-Qaeda. Com a formalização da aliança (2012), o grupo passou a receber financiamento direto e auxílio operacional oriundos da sua filiação (WISE, 2011).

Figura 2 - Atentados terroristas no Quênia¹⁸



Fonte: START (2015)

O primeiro ataque de maior expressão protagonizado pelo Al-Shabaab em solo queniano se deu no dia 21 de setembro de 2013, no *shopping* Westgate, em Nairóbi. Milicianos armados de AK-47 tomaram a instalação e mataram no mínimo 67 pessoas num cerco que durou dias. O pronunciamento oficial do grupo descreveu o ataque como uma resposta direta à incursão militar do Quênia na Somália. Pessoas de 13 nacionalidades perderam suas vidas na ocasião. Ainda que não tivesse sido o primeiro, o ataque simbolizara uma nova fase de ressentimento e de apreensão por parte do governo e da população quanto à ameaça integrista (AGBIBOA, 2014).

Em 15 de junho de 2014, outro massacre tomou conta da cidade rural de Mpeketoni, próximo ao distrito costeiro de Lamu. Militantes atearam fogo em um banco, na estação policial local e em dois hotéis. Após uma troca de tiros, estima-se que mais de 60 pessoas tenham morrido. O Al-Shabaab alegou ter sido o responsável pelo massacre e justificou sua ação enfatizando que Mpeketoni era uma “cidade de cristãos” (ANDERSON; MCKNIGHT, 2014).

18. Em virtude da disposição gráfica da figura, a quantidade representada pelo eixo das ordenadas só deve ser lida quando em contato com os pontos demarcados (anos inteiros) no eixo das abcissas. O intervalo entre estes são meros símbolos da variação dos ataques entre cada ano, e não o número de ataques em meses ou em outros períodos menores. Da mesma forma, o gráfico não deve ser compreendido como a soma dos ataques através dos anos.

No dia 2 de abril de 2015, em Garissa – cidade queniana de maioria étnica somali – ocorrera o segundo ataque terrorista mais letal da história do Quênia, ficando atrás somente do atentado à embaixada estadunidense de 1998, cuja autoria foi reivindicada pela Al-Qaeda e que deixara 224 mortos e mais de 4000 feridos. Milicianos armados, novamente, de AK-47 entraram na universidade local e mataram 148 pessoas. Execuções a sangue frio marcaram o episódio, o qual alarmara as instituições internacionais e a opinião pública. Um fenômeno relevante para o presente estudo foi que os milicianos pouparam a vida daqueles estudantes que se provaram muçulmanos. Esse padrão já havia sido utilizado em atentados anteriores (ANDERSON; MCKNIGHT, 2015).

Antes de analisar algumas linhas da estratégia do Al-Shabaab para melhor compreendê-la, é necessário fazer uma breve recapitulação da situação periférica que marcara a história da grande maioria da população de etnia somali no Quênia. Os somalis residentes em solo queniano, desde a formação do Estado até a sua independência, ocupam uma posição periférica nas instituições de representação política e no plano econômico do país. A formação de anseios secessionistas já nos anos 60 desencadeara ações repressivas¹⁹ por parte de Nairóbi, que buscava assegurar a integridade territorial do país. Ademais, os indicadores sociais da região nordeste do Quênia – onde se concentra a maior parte da população islâmica – são alarmantes²⁰. Essa questão estrutural foi determinante na reinvenção estratégica do grupo radical islâmico, especialmente após a perda do controle sobre Kismayo²¹ (WHITTAKER, 2015).

A tomada da cidade costeira pela KDF é elencada como marco histórico do início da nova atuação do Al-Shabaab. Segundo os pesquisadores David Anderson e Jacob McKnight (2015, p. 538, tradução nossa²²):

O Al-Shabaab não mais contesta a disputa de uma guerra de larga escala contra um inimigo mais bem abastecido militarmente na Somália – algo que eles não poderiam vencer. O grupo insurgente agora explora divisões entre os povos próximos das áreas de fronteira, alvejando cristãos e não-muçulmanos, além de radicalizar e o mobilizar a juventude islâmica do Quênia. Liberados da sua responsabilidade de governar [a cidade e outras regiões maiores], o Al-Shabaab se transformou em “spoilers”²³.

Nessa mesma linha, Menkhaus (2014) atribui à nova estratégia do grupo o título de *jihadismo* nacionalista – aliando discursos seculares de uma nação somali unida aos mandos da insurreição islâmica. Essa nova tática não vê nas fronteiras oficiais uma barreira ao seu escopo de atuação, tendo o Quênia – país que, como já comentado, abriga um grande contingente de somalis étnicos (a maioria, no caráter de refugiado) e de seguidores da religião islâmica – como um dos palcos principais para suas intervenções.

Dentre as ações para cooptar insurgentes dentro do Quênia, está a forte iniciativa propagandística do grupo. Um alto fluxo de informação passou a ser veiculado em suaíle – língua oficial do Quênia – a partir de 2012. A grande maioria desses discursos enfatiza as disparidades socioeconômicas estruturais encaradas pelos somalis e pela comunidade islâmica de maneira mais ampla dentro das fronteiras quenianas. O canal Al-Kataib é responsável pela disseminação do material, explorando diretamente as assimetrias étnico-religiosas historicamente presentes no

19. A estratégia de punição coletiva marcara grande parte das relações entre comunidades majoritariamente somalis e o governo central do Quênia. Episódios emblemáticos como os massacres de Garissa (1980) e de Wagalla (1984) demonstram a tensa e instável posição ocupada pelos somalis dentro do país. A região nordeste do Quênia ficara sob Estado de emergência por 28 anos (1963-91) – o que legitimara uma série de violações por parte de Nairóbi (WHITTAKER, 2015).

20. A saber: os números de mortalidade infantil são seis vezes maiores do que os da região central; a taxa de desemprego entre jovens (15-29 anos) ultrapassa os 50% e cerca de ¾ da população vive abaixo da linha da pobreza. Além disso, a escassez de recursos e os condicionantes ambientais fazem com que a região seja bastante vulnerável às intempéries climáticas (WORLD BANK, 2008).

21. Segundo Anderson e McKnight (2015), o fato obrigou o grupo a ter seu foco mais direcionado na obtenção de receitas do que no seguimento estrito da ideologia religiosa radical. Essa necessidade flexibilizou as estruturas internas da organização, deixando-a mais adaptável para uma aproximação das reivindicações islâmicas dos somalis do Quênia, por exemplo.

22. Do original: “(...) al-Shabaab no longer contests a full-scale war of attrition against a better-supplied enemy in Somalia – a war they knew they could not win. An insurgent al-Shabaab now exploits divisions among the peoples of the borderlands, targeting Christians and non-Muslims, while radicalising and mobilizing Kenya’s Islamic youth. Freed of their responsibility to govern, al-Shabaab have become ‘spoilers’.

23. A utilização do termo “spoiler”, nesse contexto, foi adotada por Kenneth Menkhaus (2014). Ele faz menção aos ataques esporádicos realizados pelo Al-Shabaab. Em outras palavras, faz menção à sua estratégia de desestabilização de regimes e grupos inimigos por parte de ataques pontuais – bem como os que foram relatados nesse trabalho.

Quênia (ANDERSON; MCKNIGHT, 2015). Em 2011, foi formada a Al-Hijra – afiliada do Al-Shabaab em solo queniano que passou a incorporar a agenda deste para dentro das fronteiras quenianas.

Nesse caso, é pertinente ressaltar alguns detalhes importantes que estiveram presentes nos dois últimos atentados realizados pelo grupo acima citados (Mpeketoni e Garissa). No primeiro, a justificativa do ataque foi calcada no símbolo cristão que era atrelado à cidade. No segundo, os milicianos selecionaram os alvos da chacina a partir de sua identificação como islâmicos ou não, poupando aqueles que se diziam muçulmanos. Esses fenômenos vão ao encontro do que fora mencionado acima – corroborando os apontamentos acerca do novo caráter incorporado pela organização integrista (MENKHAUS, 2015).

Como visto a intervenção queniana na Somália em 2011 e a permanência das tropas no país sob o mando do AMISOM gerou uma onda de reações nos anos subsequentes por parte do Al-Shabaab. Pôde-se analisar, da mesma forma, que tais reações não se restringiram às fronteiras somalis – sendo a atuação transnacional parte da nova estratégia adotada pelo grupo fundamentalista. Posteriormente, serão analisadas as políticas do governo central do Quênia face essa nova conjuntura instável.

A tréplica de Nairóbi: (contra)terrorismo de Estado

Para que se possa compreender de maneira concisa o que fora proposto, é também necessário olhar para a atuação do Estado queniano dentro de suas fronteiras. Desde 2003, uma organização subordinada à polícia do Quênia chamada *Anti-Terrorist Police Unit* (ATPU) vem operando na contenção do recrutamento de jovens ao islã radical e a *jihād*. Dentre seus principais alvos estão líderes religiosos que alegadamente disseminam ideias que ameaçam a soberania do Estado (ANDERSON; MCKNIGHT, 2014). Segundo Agbibo (2013), o crescente auxílio estadunidense ao Quênia aumentara substancialmente a atuação dessa instituição e de outras análogas a ela. Segundo Samuel Aronson (2013), mais de 500 soldados quenianos haviam sido treinados em solo estadunidense por meio do programa de assistência antiterror (ATA) financiado e encabeçado pelos EUA desde 2002. O governo Bush, em 2003, autorizara um financiamento de US\$ 100 milhões à iniciativa leste africana de combate ao terrorismo (EACTI), a qual teve seu *budget* aumentado no ano seguinte. Posteriormente, o contraterrorismo interno passou a representar uma ferramenta de ação cada vez mais utilizada por Nairóbi (ANDERSON; MCKNIGHT, 2014).

Em abril de 2014, o governo queniano decretou o início de uma operação intitulada *Usalama Watch*. A operação, discursivamente baseada na manutenção da segurança e da paz em território queniano, era uma resposta direta ao crescente número de atentados e de células afiliadas ao Al-Shabaab no país. A primeira ação da operação incluía um cerco seguido de prisão de 650 quenianos de etnia somali no bairro Eastleigh - comumente chamado de pequena Mogadíscio em função da alta incidência de somalis étnicos - em Nairóbi (ANDERSON; MCKNIGHT, 2014). Essa missão dera início a uma série de atentados que passaram a

assediar, muitas vezes de forma arbitrária, grande parte da população islâmica e de etnia somali dentro do território queniano.

Diversas organizações internacionais defensoras dos direitos humanos como a Anistia Internacional e a *Human Rights Watch* fizeram duras críticas a tais abusos, caracterizando-os como violadores dos direitos universais e insistindo pelo seu fim. De acordo com seus relatos, ações como o repatriamento forçado de refugiados somalis estariam entre as práticas mais comuns dos grupos policiais envolvidos na missão – incluindo o ATPU. Segundo relatos, os oficiais a mando da missão focavam diretamente naqueles que não tinham a documentação necessária e, assim, aproveitavam sua situação ilegal para deportá-los forçadamente. Estimava-se que a missão, nos seus desdobramentos subsequentes, tenha deportado mais de 4.000 somalis de Eastleigh por meio da invasão de domicílios sem mandado e de outras ilegalidades constitucionais (HRW, 2014; AMNESTY INTERNATIONAL, 2014). Casos de tortura, de assassinato e de desaparecimentos permeiam as diversas acusações existentes face à ação de Nairóbi.

Em 2015, o portal de notícias do conglomerado midiático baseado no Qatar, Al Jazeera, fizera uma extensa reportagem de jornalismo investigativo (*Inside Kenya's Death Squads*) sobre como certas organizações pouco conhecidas operavam a mando do próprio gabinete do presidente da república do Quênia. Além da ATPU, já mencionada, a *General Service Unit* (GSU) e a *National Security Intelligence Service* (NSIS) – um comando militar especializado e a agência de inteligência nacional – estavam integrados nas ações da agenda antiterror de Nairóbi (BOAZMAN et al., 2015). Ordens de origem não identificada coordenavam operações de assassinatos extrajudiciais que, segundo a declaração de um dos entrevistados, já haveriam contabilizado mais de 500 alvos. Segundo Whittaker (2015), dava-se – por parte do judiciário queniano, quase sempre omissos na investigação dos referidos casos - “carta branca” para matar em nome da luta contra o terror.

É necessário ressaltar que a região nordeste do Quênia – na qual habita a maioria da população islâmica e somali do país – vem sendo foco de diversos investimentos em infraestrutura na região. O principal projeto em discussão é o bilionário *Lamu Port Southern Sudan-Ethiopia Transport* (LAPSSET). A iniciativa compreende a construção de um corredor ferroviário e de um oleoduto que perpassa os territórios da Etiópia, da Uganda e Sudão do Sul, tendo o porto de Lamu como a principal via de escoamento (LAPSSET, 2016). Vale lembrar que essa cidade que, bem como Garissa, é um entreposto estratégico para as vias referidas, já fora alvo de ataques do Al-Shabaab e tem grande presença de somalis étnicos e muçulmanos. A securitização e o forte controle estatal da região, portanto, seriam chaves para a realização dos projetos de “desenvolvimento” do Quênia, bem como para as companhias estadunidenses que estão cotadas para assumir os investimentos necessários (PRESIDENT UHURU KENYATTA..., 2015).

A análise dos episódios reportados acima mostra o teor das ações de “contraterrorismo” dentro do Quênia a mando do governo central. Vê-se que há um direcionamento grande à comunidade somali e islâmi-

ca por parte desse tipo de iniciativa, o que tensiona as já historicamente complicadas relações entre o governo e esses grupos²⁴. Ademais, pode-se destacar a existência de uma preocupação a nível estratégico do Estado queniano com a onda de imigrantes provenientes da intensificação do conflito na Somália. Pode-se fazer, aqui, uma problematização bastante pertinente sobre como a lógica estadocêntrica que rege as relações internacionais – tanto de maneira instrumental, quanto acadêmica – na atualidade categoriza de maneira diferente a ação de Nairóbi e a do Al-Shabaab. Nessa lógica, a primeira é comumente referida como uma ação de contenção ao terrorismo, enquanto a segunda é referida como a materialização última deste. O tópico final analisa criticamente a situação até aqui apresentada para que se possa responder a pergunta de pesquisa apresentada na introdução.

Considerações finais

As subseções até agora apresentadas buscaram construir uma narrativa concisa de fenômenos intimamente ligados à análise dos desdobramentos da operação *Linda Nchi* e, portanto, à resposta da questão proposta. Aqui, o que se propõe é relacioná-los a fim de que sejam explicitados os entendimentos sobre e quais foram os motivos e os reflexos diretos da incursão militar nos cenários queniano e regional e o que a motivara.

Como já fora apresentado, a iniciativa externa do Quênia logo integrara as ações da AMISOM e, portanto, lograra o suporte das potências ocidentais. As variações nas cifras acima dispostas e as declarações oficiais de países como a França, que garantiu suporte logístico e político à incursão militar queniana (GÉLIE, 2011), corroboram a ideia de que o Quênia é visto como um importante parceiro regional no cumprimento da agenda política de potências europeias e dos EUA para a área. Com base nisso, pode-se afirmar que a projeção estadunidense para a região – calcada nas premissas da Guerra ao Terror – mobilizara, ainda que de maneira indireta, a agenda militar queniana no período analisado. Em outras palavras, a alegada preocupação dos EUA com os “vazios políticos” da Somália gerou uma conjuntura favorável ao lançamento da Operação *Linda Nchi*, cujos interesses estratégicos dificilmente teriam sustentação prática sem o suporte internacional recebido. Internamente, a incorporação do discurso antiterrorista pode ser percebida nas ações repressivas do Estado queniano, que utiliza de seu monopólio legítimo da violência para atacar aqueles que possam representar uma ameaça ao projeto de poder das elites que o dominam (BOAZMAN et al, 2015).

Ademais, como visto, a questão dos refugiados somalis representa uma grande preocupação para o Estado queniano. Uma das intenções de Nairóbi sempre fora a construção de um Estado-tampão na região sul da Somália. No entendimento de Anderson e McKnight (2014), essa fora uma das principais intenções veladas da Operação *Linda Nchi*, visto que a presença militar queniana poderia controlar o trânsito fronteiriço e garantir a presença de um mandatário aliado no sul da Somália para onde poderiam ser enviados os refugiados indesejados. O anúncio oficial do governo queniano sobre o fechamento do campo de Dadaab em 2016,

24. Segundo Hannah Whittaker (2015), as ações desempenhadas por Nairóbi elencadas acima perpetuam um modelo de atuação oriundo dos tempos coloniais do Quênia. A tática de punição coletiva fora aplicada de maneira bastante contundente pelo Estado colonial na contenção do grupo insurgente Mau-Mau e fora herdada pelas elites governantes que estiveram à frente do país no pós-independência. Para que se tenha maior noção, recomenda-se o documentário de Damian Clarke (2013), no qual são retratadas as atrocidades sofridas pelos somalis.

baseado nas alegações de que este representava uma ameaça à segurança nacional do Quênia por servir como “berçário” para o Al-Shabaab – discurso este bastante alinhado semanticamente àqueles da Guerra ao Terror estadunidense – pode ser diretamente associado aos projetos de infraestrutura previstos para a região.

Já o deslocamento forçado de cerca de 350 mil refugiados somalis para a ainda instável região do sul da Somália teria, no entanto, fortes implicações nas dinâmicas sócio-políticas da região do Chifre da África. De acordo com Elsa Buchanan (2016), a situação seria um “presente” para o Al-Shabaab, que teria mais de 200.000 jovens hoje residentes em Dadaab para serem recrutados. A jornalista, no entanto, não descarta a opção de a ameaça ser uma jogada do governo queniano para angariar maior suporte financeiro das instituições internacionais e dos seus parceiros de maior porte.

No que tange aos reflexos de curto prazo, o aumento expressivo dos atentados terroristas no Quênia não deixa dúvidas sobre o cenário de instabilidade que cruzara as fronteiras do país, corroborando a ideia que baliza o entendimento da região como um complexo de segurança regional particular (MESFIN, 2010). Como aponta Menkhaus (2014), a parte nordeste do Quênia é a que mais tem sofrido com os ataques – os quais afastaram investimentos externos e o comércio turístico local. Entre 2011 e 2014, as receitas da indústria turística do país tiveram uma queda de 11%. Além disso, deve-se ressaltar o fato de que as reações antiterroristas étnica e religiosamente orientadas por parte de Nairóbi vêm cada vez mais aprofundando um dilema estrutural da região. Como visto, a situação tem sido aproveitada pelo Al-Shabaab, que hoje conta com cerca de 7.000 membros (ANDERSON; MCKNIGHT, 2015), na sua nova estratégia de recrutamento – o que abre caminho para um cenário de crescente instabilidade no Chifre da África. É válido citar que o Estado Islâmico já demonstrara interesse em operar na região, tendo logrado o controle sobre algumas células locais diante de uma Al-Qaeda relativamente enfraquecida. A possível substituição de alianças poderia dar mais fôlego ao Al-Shabaab e às suas pautas radicais de retaliação ao Quênia (KRIEL; DUGGAN, 2015).

Em suma, pode-se dizer que o governo queniano aproveitara a agenda global estadunidense da Guerra ao Terror para angariar suporte econômico e político para a defesa de seus interesses regionais. No entanto, o plano de securitizar a fronteira Quênia-Somália se vê, até então, minado por uma estratégia que aprofunda divisões dentro do país e que não se propõe a reparar as assimetrias socioeconômicas que o permeiam. Numa perspectiva mais ampla, a qual pode guiar pesquisas futuras, o caso aqui relatado retrata como a grande problemática da formação dos Estados-nação na África, a qual se deu por meio de uma importação forçada do modelo europeu, ainda se mostra bastante presente nos desdobramentos conflituosos do continente na atualidade. Como aponta a pesquisadora queniana Awino Okech (2015), o caso desvela que o caminho traçado por Nairóbi em busca da dos seus interesses “nacionais” não é complementar a uma agenda em favor da segurança humana – o que vem fragilizando as relações sociais da região e deixando-a suscetível a instabilidades subsequentes.

Referências

- AFRICAN UNION. *AU in a Nutshell*. 2016. Disponível em: <<http://au.int/en/about/nutshell/>>. Acesso em: 21 jun. 2016.
- AGBIBOA, Daniel. Terrorism without Borders: Somalia's Al-Shabaab and the global jihad network. *Journal of Terrorism Research*, v. 5, n. 1, p. 27-34, 2014.
- AMISOM. *Amisom Mandate*. 2015. Disponível em: <<http://amisom-au.org/amisom-mandate/>>. Acesso em: 20 out. 2015.
- AMNESTY INTERNATIONAL. Kenya: Somalis scapegoated in counter-terror crackdown. *Amnesty International*. mai 2014. Disponível em: <<https://www.amnesty.org/en/latest/news/2014/05/kenya-somalis-scapegoated-counter-terror-crackdown/>>. Acesso em: 07 jan. 2016.
- ANDERSON, David; MCKNIGHT, Jacob. Kenya at War: Al-Shabaab and its enemies in Eastern Africa. *African Affairs*. v. 114, n. 454, p. 1-24, 2014.
- ANDERSON, David; MCKNIGHT, Jacob. Understanding Al-Shabaab: clan, Islam and insurgency in Kenya. *Journal of Eastern African Studies*. v. 9, n. 3, p. 536-557, 2015.
- ARONSON, Samuel. Kenya and the Global War on Terror. *African Journal of Criminology and Justice Studies*, v. 7, n. 1, 2013.
- ASTRADA, Marvin. *American Power after 9/11*. New York: Palgrave Macmillan, 2010.
- BERSCHINSKI, Robert. *Africom's Dilemma: The "Global War on Terrorism," "Capacity Building," Humanitarianism, and the Future of U.S. Security Policy in Africa*. Carlisle: Strategic Studies Institute, 2007.
- BOAZMAN, Simon et al. Inside Kenya's Death Squads. *Al Jazeera*. 2015. Disponível em: <<http://interactive.aljazeera.com/aje/KenyaDeathSquads/>>. Acesso em: 06 mar. 2016.
- BUCHANAN, Elza. Kenya: Closure of Dadaab and Kakuma refugee camps would be a 'gift to Al-Shabaab terrorists'. *International Business Times*. mai. 2016. Disponível em: <<http://www.ibtimes.co.uk/kenya-closure-dadaab-kakuma-refugee-camps-would-be-gift-al-shabaab-terrorists-1559241>>. Acesso em: 02 jun. 2016.
- BUZAN, Barry. *People, States and Fear: An agenda for International Security Studies in the Post-Cold War Era*. London: Harvester Wheatsheaf, 1991.
- CIA WORLD FACTBOOK. *Kenya*. 2016. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ke.html>>. Acesso em: 26 mai. 2016.
- CLARKE, Damian. Not Yet Kenyan. *Al Jazeera*. dez. 2013. Acesso em: <<http://www.aljazeera.com/programmes/aljazeeracorrespondent/2013/10/not-yet-kenyan-2013102885818441218.html>>. Acesso em: 04 jun. 2016.
- DIN, Victoria. *Understanding Terrorism in the Horn of Africa: American Perceptions of Somalia, Kenya, and al Qaeda*. 2011. CMC Senior Thesis. Disponível em: <http://scholarship.claremont.edu/cmc_theses/164/>. Acesso em: 02 jun. 2016.
- EILPERIN, Juliet; SIEFF, Kevin. The. Obama commits U.S. to intensified fight against terrorists in East Africa. *The Washington Post*. jul. 2015. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/politics/us-to-expand-support-in-kenya-somalia-for-counterterrorism-operations/2015/07/25/b6f386f0-3210-11e5-97ae-30a30cca95d7_story.html>. Acesso em 27 mai. 2016.
- GÉLIE, Philippe. Somalie : la France fournit une aide logistique au Kenya. *Le Figaro*. 24 out. 2011. Disponível em: <http://www.lefigaro.fr/international/2011/10/24/01003-20111024_ARTFIG00562-somalie-la-france-fournit-une-aide-logistique-au-kenya.php>. Acesso em: 28 mai. 2016.
- GUIJARRO, Ester. Estado y política en África: Breve recorrido Diacrónico y Sincrónico. Granada: *Theoria*, v. 18, n. 1, p. 87-115, 2009.
- HUGON, Philippe. *Geopolítica da África*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- HRW. *Kenya: Halt Crackdown on Somalis*. apr. 2014. Disponível em: <<https://www.hrw.org/news/2014/04/11/kenya-halt-crackdown-somalis>>. Acesso em: 07 jan. 2016.
- INSIDE KENYA'S DEATH SQUADS. *Al Jazeera*. Disponível em: <<http://interactive.aljazeera.com/aje/KenyaDeathSquads/>>.
- INSTITUTE FOR ECONOMICS & PEACE. *Global Terrorism Index 2014*. 2015. Disponível em: <http://www.visionofhumanity.org/sites/default/files/Global%20Terrorism%20Index%20Report%202014_0.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2015.
- JOURNALISTS FOR JUSTICE. *Black and White: Kenya's Criminal Racket in Somalia*. Nairobi: *Journalists for Justice*, 2015. Disponível em: <<http://www.jfjustice.net/>>. Acesso em 23 mai. 2016.

- KRIEL, Robyn; DUGGAN, Briana. Al-Shabaab faction pledges allegiance to ISIS. *CNN*. out. 2015. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2015/10/22/africa/al-shabaab-faction-isis/>>. Acesso em: 02 jun. 2016.
- LAPSSET. *Projects*. 2016. Disponível em: <<http://www.lapsset.go.ke>>. Acesso em: 29 mai. 2016.
- MENKHAUS, Ken. *State-Building & Non-State Armed Actors in Somalia, with Ken Menkhaus*. YouTube, 06 nov. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QkzDqh9FSB4>>. Acesso em: 20 dez. 2015.
- MENKHAUS, Ken. Al-Shabaab's capabilities post-Westgate. *Combating Terrorism Center*. 2014. Disponível em: <<https://www.ctc.usma.edu/posts/al-shababs-capabilities-post-westgate>>. Acesso em: 27 mai. 2016.
- MESFIN, Berouk. The Horn of Africa security complex In: MESFIN et al, Regional Security in the post-Cold War Horn of Africa. Monograph 178. *Institute for Security Studies*, p. 1-29, 2010.
- MØLLER, Bjørn. The Horn of Africa and the US "War on Terror" with a Special Focus in Somalia. In: MØLLER et al. *Post-Conflict Peace-Building in the Horn of Africa*. Lund: Department of Social Anthropology Lund University, 2014. p. 87-140.
- MUTIGA, Murithi; GRAHAM-HARRISON, Emma. Kenya says it will shut world's biggest refugee camp at Dadaab. *The Guardian*. 11 mai. 2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2016/may/11/kenya-close-worlds-biggest-refugee-camp-dadaab>>. Acesso em: 26 mai. 2016.
- OKECH, Awino. Asymmetrical Conflict and Human Security: Reflections from Kenya. University of Pretoria. *Strategic Review for Southern Africa*, v. 37, n.1. pp. 53-74. 2015.
- OTIENO, Dorothy. How KDF's Somalia incursion changed Kenya. *Daily Nation*. 16 out. 2015. Disponível em: <<http://www.nation.co.ke/newsplex/newsplex-Linda-Nchi-Terrorism/2718262-2917062-9fm054/index.html>>. Acesso em: 25 mar. 2016.
- PLOCH, Lauren. *U.S.-Kenya Relations: Current Political and Security Issues*. Washington: Congressional Research Service, 2013.
- PRESIDENT UHURU KENYATTA invites US firms to invest in Lapsset project. *Daily Nation*. 29 set. 2015. Disponível em: <<http://www.nation.co.ke/business/Uhuru-invites-American-firms-to-invest-in-Lapsset-project/-/996/2890858/-/er0k5wz/-/index.html>>. Acesso em: 02 jun. 2016.
- ROTBURG, Robert et al. *State Failure and State Weakness in a Time of Terror*. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2003.
- SCAHILL, Jeremy. *Dirty Wars*. New York: Nation Books, 2013.
- SECURITY ASSISTANCE MONITOR. *U.S. Counterterrorism Aid to Kenya*. 2015. Disponível em: <http://securityassistance.org/fact_sheet/us-counterterrorism-aid-kenya>. Acesso em: 03 jan. 2016.
- START, National Consortium for the Study of Terrorism and Responses to Terrorism. Global Terrorism Database. 2015. Disponível em: <<http://www.start.umd.edu>>. Acesso em: 27 dez. 2015.
- TURSE, Nick. *Tomorrow's Battlefield: US Proxy Wars and Secret Ops in Africa*. Chicago: Haymarket Books, 2015.
- UNHCR (UN High Commission for Refugees). *Refugees in the Horn of Africa: Somali displacement crisis*. Geneva: UNHCR, 2015. Disponível em: <<http://data.unhcr.org/horn-of-africa-regional.php>>. Acesso em: 26 mai. 2016.
- WAMBUI, Kimani. *Operation 'Linda Nchi': International Law Implications*. University of Nairobi. Master's Degree Dissertation. 2013. Disponível em: <<http://erepository.uonbi.ac.ke/bitstream/handle/11295/60632/%E2%80%98operation%20Linda%20Nchi%E2%80%99%3a%20International%20Law%20Implications?sequence=2&isAllowed=y>>. Acesso em 26 mai. 2016.
- WIKILEAKS. S/CT AMBASSADOR DANIEL BENJAMIN AND GOK OFFICIALS DISCUSS SOMALIA, REGIONAL SECURITY AND BILATERAL COUNTERTERRORISM COOPERATION. 2010. Disponível em: <https://wikileaks.org/plusd/cables/10NAIROBI147_a.html>. Acesso em 26 mai. 2016.
- WISE, Rob. Al Shabab. AQAM Futures Project Case Study Series n° 2. Washington D.C.: *Center for Strategic & International Studies*, 2011.
- WHITTAKER, Hannah. Legacies of Empire: State Violence and Collective Punishment in Kenya's North Eastern Province, c. 1963--Present. *The Journal of Imperial and Commonwealth History*, v. 43, n. 4, p 641-657, 2015.
- WORLD BANK. *Kenya Poverty and Inequality Assessment*. Poverty Reduction and Economic Management Unit Africa Region. jun. 2008. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/INTAFRREGTOPGENDER/Resources/PAKENYA.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2016.